

ESP-COMANDO DE AVIACAO DA PM 'JOAO NEGRAO'

Edital 7/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|-------------------------------------|---------------------------|
| 7/2026 | 180173-ESP-COMANDO DE AVIACAO DA PM 'JOAO NEGRAO' | JOSCILENIO CEZARIO GARCIA FERNANDES | 20/05/2026 16:58 (v 0.12) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 057.00059524/2026-81 |

1. CAPA

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180173-COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR “JOÃO NEGRÃO)

OBJETO

Contratação de serviços Manutenção de Aeronave, realizado por Organização de Manutenção (oficina) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme Regulamento Brasileiro da Aviação Civil N°145, com utilização de ferramental e técnicos próprios, habilitados para prestar serviços de manutenção aeronáutica em aeronave CESSNA Grand Caravan C208B, número de série 208B-0918, e de seu motor, nos termos da tabela e exigências estabelecidas neste Termo de Referência

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 09h30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

PARTICIPAÇÃO AMPLA

Aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2. SUMÁRIO

- 1. DO OBJETO 2
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 2
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 3
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 4
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 4
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO 6
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 6
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 7
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 8
- 11. DOS RECURSOS 8
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 8
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 9
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 10

3. CONTEÚDO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR “JOÃO NEGRÃO”

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026.

Processo Administrativo n 057.00059524/2026-81

Torna-se público que o(a) ESTADO DE SÃO PAULO), por meio do(a) COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO), sediado(a) Av. Olavo Fontoura nº 1078, CEP 02012-021, Santana/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento .

1. DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente licitação é a contratação de serviços Manutenção de Aeronave, realizado por Organização de Manutenção (oficina) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Nº145, com utilização de ferramental e técnicos próprios, habilitados para prestar serviços de manutenção aeronáutica em aeronave CESSNA Grand Caravan C208B, número de série 208B-0918, e de seu motor, nos termos da tabela e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras

normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais.).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
 - 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
 - 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
 - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser

efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na

ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços..

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados www.sei.sp.gov.br ou pelo e-mail cavpmllicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. **A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.**
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) email: : cavpmlitacoes@policiamilitar.sp.gov.br .
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: www.gov.br/compras/pt-br; www.sei.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exija(m) disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual..

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.sei.sp.gov.br.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.1.2. Anexo I.2 – Potencial Motor, célula e hélice PR-SLN;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III – Cópia da Resolução SSP - 05/2026;
- 14.15.4. ANEXO IV - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.4. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.15.5. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSCILENIO CEZARIO GARCIA FERNANDES

Elaborador do Edital



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 16:58:17.

ESP-COMANDO DE AVIACAO DA PM 'JOAO NEGRAO'

Termo de Referência Contrato de Manutenção do Caravan 8/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|------------------------------|--------------------------|
| 8/2026 | 180173-ESP-COMANDO DE AVIACAO DA PM 'JOAO NEGRAO' | EDUARDO PELEGRINI DE ALENCAR | 19/03/2026 17:52 (v 0.9) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 057.00059524/2026-17 |

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Administrativo nº 057.00059524/2026-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços Manutenção de Aeronave, realizado por Organização de Manutenção (oficina) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)m, conforme Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Nº 145, com utilização de ferramental e técnicos próprios, habilitados para prestar serviços de manutenção aeronáutica em aeronave CESSNA Grand Caravan C208B, número de série 208B-0918, e de seu motor, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | ITEM SIAFÍSICO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso) | VALOR TOTAL (se não for sigiloso) |
|------|--|--------|----------------|-------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| 1 | Manutenção Preventiva e corretiva do Avião Cessna Grand Caravan PR-SLN - Célula, Motor, Hélice e Discrepâncias | 16098 | 7480-2 | 1 | | | |

| COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA | | | | |
|--|--|------------|------------------|---------------------------|
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem/hora" (A) | hora/homem (a) | 2188 | R\$ (licitado) | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | (b) | |
| ITEM | Descrição | | Total peças | |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | R\$ 1.826.347,34 | |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | (licitado) % | |
| | (D) VALOR TOTAL DO MARK UP | | (D) = (B) x (C) | |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 | | | (E) = (B) + (D) | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA LICITAÇÃO | | | | R\$ (A) + (E) |

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços contínuos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 05 (anos), contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista a necessidade perene da utilização da aeronave em missões estratégicas ou emergenciais de Segurança Pública ou Defesa Civil, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. É admitida, de forma excepcional, a subcontratação parcial limitada a até 30% (trinta por cento) do valor contratual, exclusivamente para serviços em componentes, equipamentos ou acessórios para os quais a empresa contratada não possua homologação para realização dos serviços, desde que previamente autorizada pelo Gestor do Contrato e realizada por empresa igualmente homologada pela ANAC, nos termos do RBAC 145.
- 1.5.1. Não poderão ser subcontratados serviços para os quais a contratada possua homologação para execução, segundo a norma em vigor para funcionamento da Organização de Manutenção.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 46377800000/27-0;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/06/2025;
- III) Id do item no PCA: 628;
- IV) Classe/Grupo: 871 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 180173-107/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Correto encaminhamento e destino para os materiais derivados de petróleo utilizados nos sistemas e motores das aeronaves, tais como óleos, fluidos, combustíveis etc.;
- 4.1.2. Cumprimento de todas as exigências impostas às oficinas de manutenção quanto ao armazenamento e descarte de líquidos inflamáveis;
- 4.1.3. Funcionamento de equipamento e sistema de separador de água e óleo;
- 4.1.4. Garantir a reciclagem ou, quando for o caso, descarte em local apropriado dos componentes aeronáuticos considerados scrap (sucata);
- 4.1.5. Local de trabalho como: hangares, pátios e acomodações da organização de manutenção (seções, setores etc.) limpo e organizado, como preconiza a cultura e boas práticas aeronáuticas, visando não apenas a melhoria das condições de trabalho e serviço prestado, como também a manutenção da preservação do meio ambiente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida empresa que cumpra os requisitos do órgão regulador da aviação civil (ANAC), e seja regularmente capacitada, certificada e homologada em manutenções de aeronaves Cessna Grand Caravan C208B, da mesma forma capacitada para inspeções em seus motores Pratt & Whitney Canada's PT-6, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das exigências legais que regem as manutenções de aeronaves, a Administração não aceitará a utilização de componentes, equipamentos, ferramentas ou sistemas que não sejam certificados, homologados ou válidos para emprego em aeronave Cessna Grand Caravan C208B.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.6.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 17h00.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. Da mesma forma fica autorizado o acesso, nos mesmos termos, à documentação de célula e motores, bem como das documentações de componentes controlados.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediato a contar da assinatura do contrato;

5.1.2. A contratada deve ter condições imediatas de cumprir em sua sede todas as inspeções programadas até 1.600 FH para célula e inspeções até 06Y //3600FH para motores E também inspeções 4.000 FH para hélice, bem como suas respectivas inspeções calendárias;

5.1.3. A contratada deve desenvolver mapa informatizado de célula, motores, hélices e de componentes e de inspeções programadas, especiais e fora de fase, proporcionando suporte imediato com intuito de proporcionar aeronavegabilidade ininterrupta. O CTM (controle técnico de manutenção) da Organização de Manutenção contratada tratará com o CTM do Comando de Aviação, por intermédio ou delegação do Gestor do Contrato, acerca do cronograma de manutenção a ser desenvolvido;

5.1.4. Os trabalhos serão executados majoritariamente na própria sede da CONTRATADA, onde possui autorização e licença para atuar no modelo solicitado, pelos técnicos habilitados da contratada, podendo, justificadamente, ocorrer o transporte da aeronave para outra localidade, para a execução de algumas inspeções, ou ainda no hangar no CAVPM, mediante solicitação do gestor do contrato ou necessidades justificadas pela CONTRATADA.

5.1.4.1. Deve possuir também, a contratada, condições de atendimento fora de sua sede, quando a aeronaves encontrar-se em AOG (aircraft on

ground), impossibilitada de voar até a oficina;

5.1.4.2. Ocorrendo discrepâncias que impossibilitem o voo da aeronave até aeródromo com infraestrutura adequada para execução da manutenção requerida, excepcionalmente poderá ser realizado o transporte terrestre da aeronave. Toda a logística e o planejamento ficarão a cargo da empresa contratada; contudo, esta deverá apresentar custos detalhados, demonstrando sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.

5.1.4.2.1. Obrigatoriedade de aprovação do plano de transporte e de seus custos pelo Gestor, antes de sua execução.

5.1.4.2.2. Deve ser apresentada pesquisa de preço do serviço e dos insumos, demonstrando que a opção escolhida apresenta vantagem econômica.

5.1.4.2.3. Posteriormente, os custos serão repassados e comprovados à contratante, sem qualquer incidência adicional de markup.

5.1.4.2.4. Juntada de todos os comprovantes no processo de contratação.

5.1.5. Cronograma de realização dos serviços: seguir-se-á o calendário/cronograma de manutenção da fabricante da aeronave e de seus motores, o uso de extensões para execução de inspeções é facultativo ao operador;

5.1.6. Os prazos para cumprimento das inspeções programadas seguirão a tabela de tempos do Estudo Técnico Preliminar:

5.1.7. Caso ocorra, por motivos imprevistos, caso fortuito ou de força maior, o vencimento de qualquer inspeção estando a aeronave fora de qualquer dependência do CAVPM, a CONTRATADA deverá providenciar o transporte até seu hangar ou base destacada mais próxima do local do pouso, por meios terrestres, responsabilizando-se pelos encargos de transporte, seguros, impostos, taxas e quaisquer outras despesas, mantendo toda operação com a devida cobertura de seguros contra danos, acidentes, extravio e outros, sendo tais despesas ressarcidas pela CONTRATANTE mediante apresentação de Nota Fiscal detalhada dos gastos envolvidos, sem incidência de mark-up.

5.1.8. A contratada deve ter condições de Aplicação de Boletins, Cartas e Diretrizes de Aeronavegabilidade e outros documentos mandatórios, pelo fabricante ou autoridades aeronáuticas;

5.1.9. A contratada deve cumprir inspeções por horas voadas e calendárias, de acordo com o requerido nos manuais do fabricante;

5.1.10. A contratada deve ter capacidade de Emitir Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);

5.1.11. A contratada deve ter condições de reparar, instalar e homologar instrumentos e equipamentos necessários a navegação visual e por instrumentos, ou subcontratar o serviço, dentro dos limites legais;

5.1.12. A contratada deve regularizar a documentação técnica da aeronave (bancos de dados de navegação e manuais de bordo);

5.1.13. A contratada deve ter capacidade de efetuar a atualização de “software” e banco de dados de aviônicos;

5.1.14. A contratada deve fornecer manuais de manutenção digitais ou impressos para consulta da administração pública;

5.1.15. A contratada deve providenciar transporte terrestre da aeronave ou partes caso necessário.

5.1.16. A fim de manter a operacionalidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ter plenas condições, humanas e materiais, de realizar manutenção preventiva e/ou corretiva, possuindo local para hangaragem da aeronave foco deste termo, além de capacidade técnica e operacional de recursos humanos para atendimento das demandas, durante todo o período contratual;

5.1.17. Nenhum item de inspeção previsto no plano de manutenção poderá ser cobrado separadamente, salvo verificação posterior da discrepância;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na SEDE DA CONTRATADA, quando a aeronave dispuser de condições legais e de segurança operacional para realizar o deslocamento aéreo;

5.3. Os serviços serão prestados na SEDE DA CONTRATADA, quando a aeronave dispuser de condições legais e de segurança operacional para realizar o deslocamento aéreo;

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo :

5.4.1. A CONTRATANTE, dentro de suas necessidades, colocará a aeronave à disposição para a manutenção, no hangar da CONTRATADA (quando em situação aeronavegável, ou seja, apta a chegar pelos próprios meios, em condições de voo, à base da CONTRATADA), obedecendo às normas previstas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pelo fabricante; especificando o serviço a ser realizado através de Ofício, físico ou digital, sendo assinado e datado o recebimento por preposto da Contratada na sua primeira via, momento em que a CONTRATADA assumirá toda responsabilidade por danos à aeronave e/ou a terceiros e iniciará a contagem de prazo para execução dos serviços;

5.4.2. Na entrega da aeronave para a realização dos serviços será confeccionada uma relação detalhada contendo, obrigatoriamente, todos os instrumentos, aviônicos e equipamentos que a acompanhem, assinada por ambas as partes, sendo que a partir desse momento a CONTRATADA se responsabilizará por tudo o que venha a ocorrer com a aeronave;

5.4.3. A CONTRATADA, no prazo máximo de dois dias, prorrogáveis a critério único e exclusivo da CONTRATANTE, apresentará estimativa de custos detalhada dos serviços a serem executados incluindo o número de homem/hora a serem gastos e o prazo para execução dos serviços;

5.4.3.1. Esta etapa poderá ser realizada antes mesmo do pouso da aeronave na oficina contratada, para intervenções programadas, situação em que já é conhecido todo o roteiro de inspeções e componentes que possuem trocas sistemáticas;

5.4.4. A CONTRATANTE, após a análise da estimativa de custos, enviará a autorização para o início dos serviços através de “Requisição”, da qual constará a descrição do serviço autorizado, sendo assinado por preposto da CONTRATADA;

5.4.5. Realizados os serviços, a CONTRATADA apresentará a aeronave para ser recebida por agente designado pelo Gestor do Contrato, o qual a receberá provisoriamente, para verificação dos serviços realizados e conferência da documentação técnica, momento em que serão conferidos a relação dos instrumentos, aviônicos e equipamentos que a acompanhavam;

5.4.6. No prazo de cinco dias úteis do recebimento provisório, será lavrado termo de recebimento definitivo da aeronave;

5.4.7. A CONTRATADA, após autorização da CONTRATANTE, emitirá fatura referente ao serviço prestado, a qual deverá conter a descrição detalhada dos serviços executados, com o número de homem/hora gastos e de peças fornecidas, de acordo com o orçamento apresentado e com a respectiva requisição de serviços;

5.4.8. A(s) nota(s) fiscal(ais) deverá(ão) ser apresentada(s) e enviada(s) física ou eletronicamente ao CAVPM, direcionadas ao Gestor do Contrato, confirmando seu recebimento, e acompanhada(s) de cópia da Guia de Recolhimento à Previdência Social – GRPS e do FGTS e de cópia da Requisição dos serviços, assinada pelo Gestor ou pessoa por ele indicada;

5.4.9. Caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento dos Encargos Sociais (GRPS–FGTS) e do ISSQN por ocasião da apresentação da fatura ou do documento equivalente, poderão ser apresentadas cópias das Guias de Recolhimentos referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

5.4.10. A não apresentação dos documentos referidos assegura a CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos

seguintes.

5.4.11. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se à substituição do que estiver em desacordo com o ajustado.

5.4.12. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração contratual.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e qualidades que atendam às normas da Agência Nacional de Aviação Civil para o correto funcionamento da Organização de Manutenção, bem como possuir o mínimo estipulado pelo fabricante da aeronave para os cumprimentos das inspeções requeridas. Cumprindo o atualmente exigido e adequando-se às futuras exigências para a correta execução das atividades de manutenção aeronáutica.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Apoio Operacional: Manter uma equipe técnica de manutenção pronta para a realização dos serviços solicitados pelo CONTRATANTE, sempre que solicitado por intermédio do gestor do contrato, cumprindo assim, com os prazos estabelecidos neste;;

5.6.2. Apoio de Controle Técnico: Manter pessoal capacitado à análise de cumprimentos de inspeções, Boletins de Serviço, Atualizações de Manual, Diretrizes de Aeronavegabilidade e renovações de Certificados de Laudos, com as antecedências necessárias para a continuidade da operação.;

5.6.3. Execução de Inspeções Horárias de Célula, Hélice e de Motor, conforme programa de manutenção dos fabricantes;

5.6.4. Execução de Inspeções Calendárias de Célula, Hélice e de Motor, conforme programa de manutenção dos fabricantes;

5.6.5. CVA (Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade) que ocorrem anualmente, independentemente do número de horas voadas. É obrigatório para fins de renovação da DIAM (Declaração de Inspeção Anual de Manutenção), documento obrigatório para permissão de voo das aeronaves;

5.6.6. Correções de Discrepâncias nas áreas de Célula, Hélice, Aviônicos e/ou Motor. Estima-se até 50% dos gastos, realizados com eventos não previstos pelo fabricante (discrepâncias); com componentes que o fabricante considera a troca “on condition”, ou seja, pelo seu estado de conservação, condições de uso e atendimento das medidas estabelecidas para a permanência em operação e com equipamentos e sistemas que apresentarão defeitos de funcionamento antes de atingirem o prazo previsto para revisão ou substituição;

5.6.7. Cumprimento de Diretivas Técnicas (D.A. (Diretriz de Aeronavegabilidade); SB (Boletim de serviço); SL (Service Letter), T.A. (Technical Agreement), modificações etc, escriturando as cadernetas de registro de célula, hélice e motor e componentes no que se refere aos serviços executados;

5.6.8. Fornecimento de peças e componentes necessários, devidamente homologados para instalação imediata ou para estoque, a serem utilizados no modelo da aeronave em questão, sendo sua responsabilidade a entrega já desembaraçada no local em que será utilizada na aeronave;

5.6.9. Substituição de Componentes de Vida Útil Controlada, os quais serão fornecidos pela CONTRATADA, conforme previsto neste Termo e manual de manutenção das fabricantes;

5.6.10. Acompanhamento da Manutenção Geral da Aeronave através de atualização do mapa de controle de inspeções e componentes com as inspeções realizadas pelos técnicos de manutenção, devidamente registradas, bem como com a disponibilização de assistência técnica, para esclarecer qualquer dúvida nas execuções das tarefas realizadas por mecânicos do CAVPM, sem cobrança adicional;

5.6.11. Fornecimento de toda a documentação técnica de célula, motor e hélice, com respectivas atualizações dentro do período contratual;

5.6.12. Controle Técnico através de sistema eletrônico informatizado, que fornecerá à CONTRATANTE informações para o planejamento da manutenção de sua aeronave, de modo a mantê-la em condições permanente de aeronavegabilidade, conforme os requisitos de manutenção prescritos pelo fabricante e as exigências dos órgãos homologadores, para o planejamento orçamentário/financeiro da PMESP, bem como o registro das intervenções realizadas, conforme determina a legislação aeronáutica respectiva;

5.6.13. Controle e fornecimento de documentação técnica da aeronave, seus equipamentos e acessórios: fornecimento e atualização, no período de vigência do contrato, acesso aos manuais de operação e manutenção, bem como de sua atualização permanente do conjunto existente.

5.6.14. Modernização: são as intervenções destinadas a atualizar ou substituir equipamentos e/ou sistemas da aeronave com o propósito de atingir a melhor eficácia da aeronave, incluindo os serviços de modificações necessárias a atender os requisitos exigidos pelas normas e órgãos reguladores;

5.6.14.1. A CONTRATADA deverá, uma vez solicitado pela CONTRATANTE, incumbir-se das tratativas e responsabilidades, junto à ANAC ou outra agência reguladora que possa atingir (como ANATEL, para licenças de rádios), para os registros, certificações e homologações pertinentes relacionadas às modernizações executadas.

5.6.15. Manutenção Preventiva: Destina-se ao cumprimento de Boletins de Serviço, Cartas de Serviço, Instruções de Serviço, Diretrizes de Aeronavegabilidade (ADs e DAs), acompanhamento de itens com vida útil controlada e equipamentos rastreáveis da aeronave através de inspeções previstas e periódicas, elencadas no Manual do fabricante da aeronave, durante a vigência do Contrato.

5.6.16. Manutenção Corretiva (Grandes Alterações ou Reparos): Destina-se à realização de intervenções previstas no Apêndice A do RBAC 43 pertinentes a célula, motor, hélice ou equipamentos;

5.6.17. Instrução continuada visando a profícua preservação do bem público, mediante transmissão de conhecimento aos pilotos e mecânicos do CAVPM, para a operação e cautela com o manuseio dos equipamentos, acessórios e componentes da aeronave objeto deste Termo, permitindo a operacionalidade da Escola de Aviação da PMESP na qualificação de novos pilotos e mecânicos;

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços e componentes será, no mínimo, conforme condições abaixo apresentadas, contado a partir do 1º (primeiro) dia subsequente à data do recebimento do serviço realizado na aeronave:

5.7.1. Enquadram-se em GARANTIA TÉCNICA os serviços de mão de obra, peças, componentes, equipamentos, acessórios, incluídos, retirados, substituídos e/ou alterados em qualquer intervenção na aeronave operada pela PMESP, por meio da CONTRATADA ou outra empresa por ela designada /terceirizada, que apresentem mau funcionamento, pane e qualquer discrepância dentro dos prazos mínimos abaixo relacionados:

5.7.1.1. Serviços: 03 (três) meses ou 100 horas a contar do recebimento da aeronave para cada serviço prestado ou subcontratado, o que ocorrer primeiro;

5.7.1.2. Revisões: Para peças e componentes dos sistemas, 06 (seis) meses ou 200 horas a contar do recebimento da aeronave, o que ocorrer primeiro;

- 5.7.1.3. Para equipamentos eletroeletrônicos, de navegação e comunicação: 01 (um) ano ou 500 horas, o que ocorrer primeiro;
- 5.7.1.4. Peças: 03 (três) meses ou 100 horas a contar do recebimento da aeronave para cada serviço prestado, o que ocorrer primeiro.
- 5.7.2. A CONTRATADA obriga-se a garantir a pronta substituição ou o reparo das peças, equipamentos, componentes que se enquadrem nos itens supracitados, a critério da CONTRATANTE;
- 5.7.3. Quando comprovado ser o resultado insatisfatório dos componentes, peças e equipamentos frutos de negligência, mau uso ou operação por parte da CONTRATANTE, a esses não recairá a GARANTIA TÉCNICA;
- 5.7.4. A CONTRATADA não assume responsabilidade com relação a qualquer material ou peças fornecidas pela CONTRATANTE, obrigando-se, entretanto, a CONTRATADA, a reparar e substituir o material danificado e a apresentar à CONTRATANTE, um laudo técnico do defeito apontado, bem como acionar a garantia junto ao fabricante, para ressarcimento do material substituído e de sua mão-de-obra;
- 5.7.5. A obrigação da CONTRATADA com relação a qualquer reivindicação em virtude da garantia expressa no item 5.7 será condicionada à notificação por escrito, pela CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias após a descoberta do defeito apontado na solicitação;
- 5.7.6. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia dos serviços prestados ou subcontratados, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de materiais defeituosos, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, entre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.7.7. A garantia dos produtos aeronáuticos se dará mediante a substituição do item defeituoso, exceção se faz se comprovado for pela CONTRATADA que o problema do produto aeronáutico se deu operação ou manuseio inadequado por parte da CONTRATANTE.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
- a) Transferência de todas as informações e arquivos armazenados acerca das documentações das aeronaves alvo do processo (mapas de potencial, histórico de inspeções, cadernetas, manuais etc.), bem como as tratativas junto à ANAC que se findaram e as que estão em andamento (certificações, homologações, modernizações etc.) para o CAVPM e novo fornecedor;
- b) Capacitação dos técnicos da contratante e novo fornecedor que prestará serviço ao Comando de Aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratado deverá assegurar que o preposto designado permaneça disponível e acessível durante o período de realização dos serviços, podendo acompanhar presencialmente a execução sempre que solicitado pela Administração.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- Fiscalização Técnica
- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).
- 6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).
- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como Instrumento de Medição o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo para aferição da qualidade da prestação dos serviços. As inspeções periódicas obrigatórias, revisões e substituições de componentes, exigidas pela legislação e previstas no Programa de Manutenção do Fabricante, serão cobradas por homem/hora (H/H), de acordo com os manuais competentes, sendo acordado previamente entre a contratante e contratada a quantidade a ser empregada em cada evento previsível, tendo por base a tabela anexa, que poderá sofrer alteração pela CONTRATANTE a qualquer momento do contrato.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. O valor do homem/hora para serviços realizados em horário extraordinário — fora do expediente regular, finais de semana ou feriados — poderá ter acréscimo de até 100% (cem por cento) sobre o valor vigente para o período.

7.2.1.1. Serviços em horários extraordinários somente serão executados em situações emergenciais, não programadas, e quando forem oportunos e convenientes para a Administração Pública.

7.2.1.2. Para a execução e consequente cobrança desses serviços, é obrigatória a autorização expressa e detalhada do Gestor, devendo sua realização ser acompanhada de forma estrita pelo Fiscal do contrato.

7.2.2. As demais inspeções e revisões não previstas acima, que ocorrerem na vigência do presente contrato, caso ocorram, ou ainda novas inspeções incorporadas ao programa de manutenção, bem como a aplicação de Diretrizes de Aeronavegabilidade, serão submetidas à apreciação da CONTRATANTE, por meio de orçamento detalhado com o valor em homens/hora adequados ao seu cumprimento, podendo a CONTRATANTE realizar pesquisa de mercado para obter valor médio praticado em eventual discrepância de valores apresentados;

7.2.3. Ressalta-se que na realização de mais de uma inspeção, simultaneamente, os serviços que forem concomitantes serão pagos somente uma vez;

7.2.4. Para efeito deste Contrato, o índice Homem/Hora corresponderá ao tempo de uma hora de serviço despendido por um técnico credenciado pela Agência Nacional de Aviação Civil para executar os serviços de manutenção especificados no Programa de Manutenção do Fabricante da aeronave, motor e hélice, incluindo-se o uso de ferramental e equipamentos específicos necessários;

7.2.5. O valor do Homem/Hora para os serviços especificados neste certame é único para qualquer tipo de serviço realizado, quer seja ele preventivo ou corretivo, quer seja para intervenção nos grupos célula, hélice, motopropulsor, aviônicos ou terceiro nível;

7.2.6. A CONTRATADA avaliará os serviços prestados e executados pela CONTRATANTE por meio de relatório detalhado elaborado por esta, contendo quantidade de Homem/Hora empregada e componentes substituídos e/ou reparados, acompanhados de seus custos.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das

exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no item 5.4 (Rotinas a serem cumpridas) deste Termo de Referência, especialmente o faturamento por serviço/intervenção concluída e autorizada por “Requisição”, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais, documentações obrigatórias atualizadas (célula, motores, hélices e log cards), laudos ou certificados exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar

possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO final, com base no VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, advinda de dois valores que devem ser demonstrados pela empresa licitante: “HOMEM HORA” e percentual de “Mark-up”.

8.1.1. O percentual de Mark-up a ser ofertado pelas empresas participantes do certame deve considerar o Price List disponibilizado pelo fabricante da aeronave, considerando a venda em sua origem, neste caso nos EUA. De forma que haja isonomia nas propostas e que não haja dúvidas entre os licitantes sobre em qual referencia deve incidir este indexador. Considerando que os componentes devem ser entregues na oficina da contratada, livres e desembaraçados, sem cobranças ou qualquer taxa adicional, sendo o percentual de Mark-up suficiente para tais fins e ainda lucro da contratada;

8.1.2. O critério de composição do valor final, com base nos dois indicadores acima cotados, pode ser melhor apresentado através da tabela a seguir:

| COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA | | | | |
|--|--|------------|------------------------|---------------------------|
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem/hora" (A) | hora/homem (a) | 2188 | <u>R\$ (licitado)</u> | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | (b) | |
| | | | | |
| ITEM | Descrição | | Total peças | |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | R\$ 1.826.347,34 | |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | <u>(licitado) %</u> | |
| | (D) VALOR TOTAL DO MARK UP | | (D) = (B) x (C) | |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 | | | (E) = (B) + (D) | |
| | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA LICITAÇÃO | | | R\$ (A) + (E) | |

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.10. Ato de autorização para o exercício da atividade de manutenção aeronáutica, expedido pela ANAC nos termos do RBAC 145, 43 e demais regulamentos condizentes à Organização de Manutenção, apto para execução das inspeções citadas no Estudo Técnico Preliminar, para aeronave modelo licitado;
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas,;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

- 8.21.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).
- 8.21.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.21.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- 8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.24. Registro ou inscrição atualizada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos de manutenção aeronáutica, em plena validade; ;
- 8.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

- 8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de Certificado de Organização de Manutenção emitido pela ANAC, junto da Lista de Capacidade (LC), Capacidade Operativa, da Oficina Homologada para execução dos serviços de manutenção aeronáutica na aeronave objeto do certame;
- 8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o artigo 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;
- 8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;
- 8.25.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 8.26. Prova de atendimento aos requisitos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145, que trata das Organizações de Manutenção de Produto Aeronáutico, e outras normas aeronáuticas e exigências legais correlatas;
- 8.27. Possuir condições técnicas para realizar, excepcionalmente, serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como a correção de discrepâncias, no Aeroporto Campo de Marte, na cidade de São Paulo — sede operacional do CAVPM — ou em qualquer Base de Aviação destacada (São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Praia Grande, Sorocaba, Presidente Prudente, Piracicaba e Araçatuba), sempre que a aeronave não apresentar condições seguras de voo. A solicitação para atendimento fora da sede da contratada será realizada a critério do gestor.
- 8.28. Possuir instalação principal — hangar homologado com Certificado de Organização de Manutenção (COM) — localizada no Estado de São Paulo, a fim de reduzir custos operacionais e facilitar eventuais deslocamentos das equipes técnicas da CONTRATADA e da CONTRATANTE, seja por meio aéreo ou terrestre, quando necessário.
- 8.29. As despesas com traslados de tripulações e com voos de traslado da aeronave, para cumprimento de inspeções agendadas ou não, serão de responsabilidade da contratante.

Outras comprovações

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.31. Tratando-se de consórcio:

8.31.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.31.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.31.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.31.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.32. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa

circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001 – Administração Direta / Unidade: Comando de Aviação da Polícia Militar – UGE 180.173;

II) Fonte de Recursos: 150010001 – Tesouro Geral ;

III) Programa de Trabalho: 180422 – Polícia Ostensiva e Preventiva;

IV) Elemento de Despesa: 339039 Outros Serviços de Terceiros;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 18 de março de 2026.

EDUARDO PELEGRINI DE ALENCAR

Capitão PM/CPF 304372488-79

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO PELEGRINI DE ALENCAR

Agente requisitante



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 17:42:39.

ARNALDO DA CUNHA LIMA

Responsável Setor Técnico



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 17:52:08.

ESP-COMANDO DE AVIACAO DA PM 'JOAO NEGRAO'

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00059524/2026-81

2. Descrição da necessidade

2.1. A Polícia Militar do Estado de São Paulo possui o uso provisório do avião Cessna Grand Caravan C208B, número de série 208B-0918, matrícula PRSLN, por força de decisão judicial proferida em 14 de janeiro de 2021, nos autos do processo nº 505789530.2020.4.04.7000, pelo Juiz Marcus Holz, da 14ª Vara Federal da Justiça Federal do Paraná, que concedeu o uso provisório da aeronave à Corporação.

2.2. Desde então, a aeronave passou a desempenhar atividades essenciais ao Estado, incluindo transporte de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, transporte de tropa para diversas operações da PMESP, deslocamento de equipes especializadas (negociação, antibombas, operações especiais), apoio à Secretaria de Administração Penitenciária no transporte de presos, apoio à Defesa Civil em situações de calamidade pública, além de estar apta a realizar transporte de órgãos para transplantes e remoções aeromédicas entre hospitais, conforme demanda.

2.3. O modelo Cessna Grand Caravan dispõe de recursos que permitem operações com elevado nível de segurança operacional, atendendo a exigências internacionais e às normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A aviação exige um rigoroso cronograma de manutenção, composto por inspeções preventivas programadas, intervenções corretivas, reparos e substituição de componentes sempre que necessário. Para isso, é indispensável acompanhamento técnico detalhado, garantindo o cumprimento integral das normas aeronáuticas e das recomendações do fabricante, assegurando a manutenção da aeronavegabilidade.

2.3.1. A aeronavegabilidade é um conceito fundamental na aviação, representando a capacidade de uma aeronave operar de forma segura, eficiente e em conformidade com todas as normas técnicas e regulatórias. Garantir a aeronavegabilidade significa assegurar que todos os sistemas, componentes e estruturas estejam em perfeitas condições de funcionamento, reduzindo significativamente o risco de falhas em voo. A manutenção rigorosa da aeronavegabilidade é indispensável para proteger vidas, preservar o patrimônio público e garantir a continuidade das operações aéreas, especialmente em missões críticas de segurança pública e defesa civil.

2.4. Diante disso, faz-se necessária a realização de certame licitatório para contratação de Organização de Manutenção (OM) devidamente certificada, conforme RBAC 145 e RBAC 43, capaz de prestar serviços contínuos de manutenção aeronáutica. A contratação deve assegurar a execução de revisões, reparos, inspeções programadas e intervenções não programadas, além de revisões gerais e substituições de componentes, sistemas, motores e hélices, garantindo a plena aeronavegabilidade do PRSLN.

2.5. O Código Brasileiro de Aeronáutica, em seu art. 70, §2º, determina que todo operador de aeronave deve executar ou fazer executar as manutenções necessárias à preservação das condições de segurança previstas no projeto original, sob pena de cancelamento do Certificado de Aeronavegabilidade (CA).

2.6. As operações aéreas executadas pelo CAVPM enquadram-se no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 90 (RBAC 90), que disciplina operações especiais de aviação pública. Tais operações envolvem peculiaridades que exigem elevado grau de perícia, formação específica e treinamento contínuo.

2.7. O operador da aeronave é responsável por garantir a segurança das operações, cumprindo rigorosamente as normas de manutenção e promovendo práticas operacionais seguras. As operações do PRSLN estão sujeitas às regulamentações da ANAC, alinhadas às diretrizes da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO).

2.8. O operador deve assegurar que a aeronave seja submetida a inspeções e serviços de manutenção conforme o programa aprovado pela autoridade aeronáutica. Isso inclui manutenções preventivas, corretivas e grandes revisões, que possuem elevado custo. Tais serviços devem ser realizados por mecânicos e técnicos qualificados e certificados, com treinamento específico para o modelo e acesso a ferramentas apropriadas. O CAVPM não possui homologação de oficina nem equipe técnica certificada para executar tais serviços, o que impede a realização interna das manutenções. Além disso, é obrigatório manter registros detalhados de todas as atividades realizadas, garantindo rastreabilidade de peças, ferramentas e responsáveis técnicos.

2.9. O operador deve garantir que a aeronave permaneça em conformidade com os requisitos para manutenção do Certificado de Aeronavegabilidade, incluindo o cumprimento de Diretrizes de Aeronavegabilidade emitidas por fabricantes e autoridades aeronáuticas. Tais diretrizes podem surgir a qualquer momento e exigir ações imediatas, muitas vezes de alto custo, sempre visando a segurança das operações.

- 2.10. Caso sejam identificadas falhas ou anomalias, a aeronave deve ser imediatamente retirada de operação até que a situação seja corrigida, conforme previsto nos manuais de operação e manutenção. O CAVPM também está sujeito a auditorias e inspeções da ANAC, devendo cooperar integralmente.
- 2.11. O cumprimento dessas obrigações é essencial não apenas para assegurar a aeronavegabilidade, mas também para proteger vidas, bens e o meio ambiente, promovendo uma aviação pública segura, eficiente e alinhada à legislação vigente.
- 2.12. O atual contrato de manutenção da aeronave tem vigência até 27 de agosto de 2026, sem possibilidade de prorrogação. Contudo, devido aos elevados custos das inspeções iniciais necessárias para sua entrada em operação, o saldo contratual tornou-se insuficiente para cobrir as demandas até o final da vigência. Assim, torna-se indispensável a realização de novo processo licitatório para contratação de empresa especializada, garantindo a continuidade da aeronavegabilidade e evitando prejuízos às atividades desempenhadas pela aeronave. Ressalta-se que diversas necessidades de manutenção só puderam ser identificadas após o início efetivo da operação do PRSLN pelo CAVPM, após sua liberação pela Justiça Federal.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|----------------------------------|------------------------------|
| Divisão de Manutenção de Aviação | Eduardo Pelegrini de Alencar |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Contratação de Organização de Manutenção (OM) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC 145), atualizado pela Emenda nº 09, de 05 de julho de 2023, utilizando ferramental próprio e técnicos habilitados para prestar serviços de manutenção aeronáutica na aeronave Cessna Grand Caravan 208B, número de série 208B0918, matrícula PRSLN.
- 4.2. A CONTRATADA deverá prestar os seguintes serviços, além de outros que se fizerem necessários para garantir a aeronavegabilidade da aeronave:
- 4.2.1. Controle Técnico de Manutenção (CTM) informatizado da célula, motores, hélices e demais componentes;
- 4.2.2. Execução de manutenção preventiva e reparos de discrepâncias na célula, motores, hélices e componentes;
- 4.2.3. Aplicação de Boletins de Serviço, Cartas, Diretrizes de Aeronavegabilidade e demais documentos mandatórios emitidos pelo fabricante ou por autoridades aeronáuticas;
- 4.2.4. Cumprimento de inspeções por horas voadas e/ou calendárias, conforme estabelecido nos manuais do fabricante;
- 4.2.5. Emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);
- 4.2.6. Reparação, instalação e homologação de instrumentos e equipamentos necessários à navegação visual (VFR) e por instrumentos (IFR);
- 4.2.7. Regularização da documentação legal da aeronave, conforme normas da ANAC (RBAC 145 e demais regulamentos aplicáveis) e de outros órgãos competentes;
- 4.2.8. Atualização da documentação técnica da aeronave, incluindo banco de dados de navegação e manuais de bordo;
- 4.2.9. Atualização de software e banco de dados dos sistemas aviônicos;
- 4.2.10. Fornecimento de manuais de manutenção, digitais ou impressos, para consulta da Administração;
- 4.2.11. Elaboração de LOA (Letter of Authorization), incluindo autorizações para operações PBN (Performance Based Navigation) e RVSM (Reduced Vertical Separation Minimum), quando aplicável;
- 4.2.12. Realização do transporte terrestre da aeronave, de seus componentes, partes, conjuntos ou subconjuntos, sempre que necessário para a execução dos serviços de manutenção. Esse transporte deverá ser realizado de forma segura, utilizando veículos apropriados, equipamentos de içamento e acondicionamento adequados, garantindo a integridade estrutural da aeronave e de seus componentes durante todo o deslocamento;
- 4.2.12.1 Responsabilidade por toda a logística envolvida, incluindo planejamento da rota, obtenção de autorizações específicas quando exigidas, contratação de seguro compatível com o valor do bem transportado e adoção de medidas de proteção contra danos, vibrações, intempéries e impactos. O transporte deverá observar as normas técnicas aplicáveis, bem como as recomendações do fabricante, assegurando que nenhuma etapa comprometa a aeronavegabilidade ou a rastreabilidade dos componentes transportados;
- 4.2.13. Disponibilização de, no mínimo, um mecânico e um inspetor com curso específico para o modelo da aeronave (célula, motor e hélice);

4.2.14. Possuir capacidade operacional e logística para realizar a aquisição de peças, componentes, materiais e insumos necessários à execução dos serviços de manutenção, por conta própria, sempre que tais itens forem indispensáveis para a conclusão dos reparos, inspeções ou intervenções não programadas. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as peças adquiridas sejam novas, genuínas, com rastreabilidade completa, acompanhadas de certificados de conformidade e documentação aeronáutica exigida (como Form 81303, o EASA Form 01 ou equivalentes aceitos pela ANAC);

4.2.14.1. Gerenciar todo o processo de importação, quando aplicável, incluindo trâmites alfandegários, transporte, armazenagem e controle de validade, garantindo que os itens atendam integralmente às especificações do fabricante e às normas aeronáuticas vigentes. Os custos correspondentes serão posteriormente repassados à CONTRATANTE, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, após o recebimento da aeronave reparada ou inspecionada. A CONTRATADA deverá ainda manter estoque mínimo ou acesso rápido a fornecedores homologados, de modo a evitar atrasos na manutenção e assegurar a continuidade da aeronavegabilidade;

4.2.15. Realizar atendimento fora de sua oficina-sede sempre que ocorrerem falhas, panes ou discrepâncias que impeçam o voo seguro da aeronave até as instalações da CONTRATADA. Nesses casos, a oficina deverá deslocar equipe técnica qualificada, ferramental adequado e, quando necessário, peças e materiais para execução de reparos emergenciais no local onde a aeronave se encontrar. O atendimento deverá observar todos os requisitos de segurança operacional, garantindo que a aeronave seja restabelecida às condições mínimas de aeronavegabilidade para prosseguir até a oficina ou, quando aplicável, para permitir sua remoção terrestre de forma segura. A CONTRATADA deverá possuir logística estruturada para resposta rápida, minimizando o tempo de indisponibilidade da aeronave.

4.2.16. Prestar atendimento fora do horário comercial, incluindo períodos noturnos, finais de semana e feriados, sempre que requisitado pela CONTRATANTE. Esse atendimento extraordinário deverá ser realizado com a mesma qualidade técnica e observância das normas aeronáuticas aplicáveis, garantindo disponibilidade operacional contínua da aeronave. A CONTRATADA deverá manter regime de prontidão ou escala de plantão técnico que permita resposta imediata a ocorrências críticas, assegurando que eventuais panes ou necessidades emergenciais não comprometam a continuidade das operações aéreas desempenhadas pelo Estado.

5. Levantamento de Mercado

5.1. No intuito de atender à necessidade de manutenção da aeronave Cessna Grand Caravan 208B, prefixo PRSLN, foi realizado um levantamento de mercado abrangente, com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis, suas vantagens e limitações, bem como a viabilidade técnica e econômica de cada prestador de serviço. As seguintes opções foram consideradas:

5.1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção aeronáutica. Foram identificadas empresas com certificação vigente junto à ANAC, aptas a realizar os serviços exigidos. Os valores obtidos por meio de cotações variam conforme o escopo e a complexidade dos serviços. Essa opção assegura conformidade com a legislação aeronáutica e proporciona maior previsibilidade na execução das manutenções.

5.1.2. Aluguel (arrendamento) de aeronave substituta durante o período de manutenção. Consultas ao mercado indicaram a disponibilidade de aeronaves similares para locação; contudo, considerando que a aeronave PRSLN não pertence ao Estado e encontra-se sob uso provisório, essa alternativa não se mostra adequada ou recomendável.

5.1.3. Capacitação de equipe própria para execução de manutenções. Considerou-se a possibilidade de capacitar servidores ou contratar profissionais qualificados para compor equipe interna de manutenção. Entretanto, essa opção exigiria investimentos significativos em formação técnica, infraestrutura, ferramental especializado e certificações junto à ANAC para homologação das oficinas do CAVPM, além da necessidade de manutenção contínua da habilitação técnica dos mecânicos. Embora viável em longo prazo, apresenta elevado custo inicial e risco regulatório caso não seja plenamente implementada.

5.2. Após a análise das alternativas, verificou-se que a contratação de empresa especializada permanece como a solução mais imediata e eficaz, considerando o tempo de resposta necessário, a segurança das operações e a obrigatoriedade de atendimento às normas da aviação civil. Ressalta-se que a aeronave já se encontra à disposição do Estado, não havendo necessidade de locação de aeronave substituta, o que elimina custos adicionais e inviabiliza a opção de arrendamento. Ademais, a formação de novos técnicos não se apresenta como solução viável no curto ou médio prazo, uma vez que demanda longo período de capacitação, aquisição de vasto ferramental específico, certificações junto à ANAC e treinamentos contínuos, além da necessidade de novas contratações de treinamentos. Tais fatores tornam essa alternativa incompatível com a urgência e a complexidade das manutenções requeridas.

5.3. Ressalta-se que o CAVPM possui ampla experiência na operação e manutenção de helicópteros modelo AS350, contando com oficina homologada e equipe técnica altamente qualificada e especializada nesse tipo de aeronave.

5.3.1. Por outro lado, no que se refere à operação de aeronaves de asa fixa, atualmente em uso provisório, o cenário é substancialmente distinto. O CAVPM não possui oficina homologada para esse tipo de aeronave, tampouco dispõe de técnicos qualificados ou certificados para executar manutenções em modelos de asa fixa, o que inviabiliza qualquer intervenção interna e exige dependência integral de organizações de manutenção externas. Soma-se a isso o fato de que tais aeronaves possuem histórico de procedência duvidosa, tendo sido anteriormente empregadas em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, circunstância que aumenta significativamente a probabilidade de surgimento de falhas ocultas, desgaste prematuro de componentes e outras intercorrências técnicas.

5.3.1.1 Além disso, aeronaves oriundas desse tipo de apreensão frequentemente apresentam lacunas documentais, histórico de manutenção incompleto ou inexistente, e possíveis adulterações em sistemas, equipamentos ou componentes estruturais, fatores que elevam o risco operacional e ampliam a necessidade de inspeções aprofundadas e intervenções corretivas. Tais condições reforçam a importância de que toda manutenção seja realizada por

empresa especializada, devidamente certificada pela ANAC, capaz de identificar não conformidades, restabelecer padrões de aeronavegabilidade e garantir a segurança das operações aéreas conduzidas pelo Estado.

5.4. Diante desse contexto, destaca-se que a cada parada em oficina podem surgir intercorrências e necessidades de reparos adicionais. Tais imprevistos, decorrentes das condições particulares das aeronaves de asa fixa e da ausência de estrutura própria para sua manutenção no âmbito do CAVPM, podem demandar soluções complexas, envolvendo inspeções aprofundadas, substituição de componentes críticos e cumprimento de diretrizes de aeronavegabilidade emitidas pelo fabricante ou pela autoridade aeronáutica.

5.4.1 A ausência de histórico completo e confiável de manutenção — situação comum em aeronaves anteriormente apreendidas — aumenta a probabilidade de que, durante intervenções técnicas mais detalhadas, sejam identificadas condições não registradas, como desgaste prematuro, irregularidades estruturais ou falhas que não se manifestam em inspeções superficiais. Essas constatações elevam os custos operacionais e ampliam o tempo necessário para restabelecer padrões adequados de segurança. Diante desse cenário, o encerramento do levantamento de mercado evidencia que a manutenção da aeronave PRSLN deve ser conduzida exclusivamente por organização de manutenção certificada pela ANAC, capaz de realizar inspeções aprofundadas, aplicar diretrizes de aeronavegabilidade e garantir a plena confiabilidade técnica exigida para a continuidade das operações aéreas do Estado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Conforme apresentado no item anterior, a solução recomendada deve abranger todos os serviços necessários para a manutenção da aeronavegabilidade da aeronave em questão, conforme parametrizado nos requisitos descritos no item 4. A contratação deve oferecer uma solução completa de manutenção aeronáutica, incluindo intervenções para correção de discrepâncias, manutenções calendárias e por hora de voo, atualizações dos manuais da aeronave decorrentes de revisões futuras, aplicação de boletins de serviço que impactem na operação segura e eficiente da aeronave, bem como a execução do Controle Técnico de Manutenção (CTM) da célula, motores, hélices e demais componentes.

6.2. Para tanto, a oficina deve possuir capacidade técnica para sanar discrepâncias e cumprir todos os itens de inspeção previstos nos manuais do fabricante, além de executar os demais serviços de manutenção necessários. Todos os serviços realizados devem ser devidamente registrados nas cadernetas de célula, motor e hélice, garantindo rastreabilidade e conformidade documental.

6.3. A oficina deverá, ainda, fornecer esclarecimentos técnicos sobre a execução dos serviços durante as visitas de acompanhamento realizadas pela equipe da Divisão de Manutenção de Aviação do Comando de Aviação da Polícia Militar, assegurando transparência e alinhamento técnico.

6.4. Em caso de emergência ou panes ocorridas fora da sede de operação da aeronave, a oficina deverá prestar atendimento em horários e locais distintos dos previamente estipulados. Para isso, deverá providenciar transporte de materiais, ferramental e pessoal técnico, arcando inicialmente com as despesas, que serão posteriormente repassadas à Administração no fechamento dos serviços, conforme previsto para atendimentos fora de base ou fora do horário de expediente.

6.5. Todos os serviços devem ser prestados dentro dos limites da homologação concedida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pelo fabricante da aeronave, observando rigorosamente os regulamentos aplicáveis.

6.6. A oficina deverá manter o controle atualizado do Mapa de Componentes da aeronave, realizando sua atualização de forma sistemática, de modo a informar com antecedência suficiente a necessidade de aprovação de orçamentos para aquisição de peças, considerando a inspeção na qual serão aplicadas, bem como eventuais modificações e boletins obrigatórios a serem cumpridos.

6.7. A oficina deverá providenciar, junto ao fabricante ou fornecedores, o cumprimento das garantias aplicáveis às peças e materiais por ela fornecidos, sempre que necessário, tanto para a aeronave quanto para os componentes nela instalados, assegurando a substituição ou reparo dentro dos prazos e condições estabelecidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para estimar a quantidade e o valor a serem contratados, foram considerados a média histórica de horas voadas em apoios operacionais e o planejamento do Centro de Treinamento de Aviação do CAVPM, que prevê a formação de novos pilotos e a consequente ampliação da demanda de voo. Também foi analisada a possibilidade de expansão do uso da aeronave por outras Unidades da PMESP, o que tende a aumentar sua utilização. Com base nesses fatores, concluiu-se que a estimativa de 30 (trinta) horas de voo mensais representa um parâmetro adequado e compatível com a realidade operacional projetada.

7.2. A partir dessa estimativa, foi elaborada uma planilha de custos contemplando as inspeções periódicas e calendárias, bem como aquelas vinculadas ao número de horas voadas, além dos itens que atingem seus limites de tempo ou utilização e, portanto, demandam inspeção ou substituição. O estudo foi estruturado para um horizonte de 60 (sessenta) meses, conforme detalhado nos itens subsequentes que tratam da Metodologia Aplicada.

7.3. Para a determinação dos serviços e dos componentes a serem substituídos ou revisados, utilizaram-se como referência os Mapas de Componentes (Potencial) atualizados, emitidos pela Seção de Controle Técnico da Divisão de Manutenção de Aviação do CAVPM. Esses documentos consolidam o status técnico da aeronave e orientam o planejamento das intervenções obrigatórias e podem ser encontrados anexo a este ETP.

7.4. O Mapa de Componentes integra a documentação obrigatória da aeronave, conforme exigido pela legislação aeronáutica. Nele constam todos os serviços, peças e componentes sujeitos a controle, de acordo com o programa de manutenção estabelecido pelo fabricante, incluindo limites de potencial, periodicidades e requisitos de inspeção.

7.5. Considerando que o contrato deve contemplar previsão orçamentária para um período de cinco anos, tornou-se necessária a projeção do Mapa de Componentes para todo o ciclo contratual. Assim, foi realizada simulação abrangendo o período de janeiro de 2026 a janeiro de 2031, permitindo estimar com maior precisão os itens que vencerão por tempo, horas ou ciclos ao longo da vigência.

7.6. Como todos os componentes da aeronave são controlados por horas de voo (controle horário), por tempo de uso (controle calendário) ou por ciclos (pousos), foi indispensável estimar a quantidade de horas a serem voadas durante o período contratual, de modo a projetar corretamente os vencimentos e as necessidades de manutenção.

7.7. Para estimar a utilização da aeronave no próximo período contratual, como já citado, foram considerados o histórico de horas voadas, os dados operacionais fornecidos pela Divisão de Operações, o contexto econômico correspondente e a expectativa de crescimento operacional decorrente da futura implantação, em médio prazo, de novas missões com emprego de aeronaves de asa fixa. Com base nesses parâmetros, obteve-se uma expectativa média de 360 (trezentas e sessenta) horas de voo por ano.

| Planejamento de horas voadas por ano | | | | |
|--------------------------------------|--------|--------|---------|--------|
| 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5º Ano |
| 360 | 360 | 360 | 360 | 360 |
| Total em 60 meses | | | 1800 FH | |

Quadro 1 - Projeção de horas voadas para o período

7.8. Aplicando-se esses valores aos potenciais de cada componente, foi possível projetar, para os próximos cinco anos, a previsão de ocorrências tanto por limite horário quanto por limite calendário. Essa projeção considera a evolução natural do consumo de horas de voo, o vencimento de itens por tempo e a periodicidade das inspeções previstas no programa de manutenção do fabricante. As tabelas resultantes, obtidas a partir dessa aplicação e ajustadas à realidade operacional da aeronave, encontram-se no arquiço anexo, apresentando a projeção de manutenções da aeronave em questão, seguindo o modelo demonstrado abaixo, utilizado como base para os cálculos e estimativas apresentadas.

| Anexo 1 - Projeção Quinquenal | | | TIP | FREQ | 1 ANO | | |
|--|---|---|--------|------|--------------|-------|----|
| Requisito da Regulamentação | | | | | 2026 | | |
| Cód | Descrição | | | PN | jan | fev | ma |
| 1 | CVA | M | 12 | - | | | |
| 2 | Seguro RETA | M | 12 | - | | | |
| Controle de Inspeção | | | | | | | |
| 7 | DOCUMENT "0A" | X | 365 | - | | | |
| MOTOR SN PCE-PC1435 | | | | | | | |
| 79 | Fuel Hose | M | 120 | - | | | |
| 80 | Oil Hose | M | 120 | - | | | |
| Nota: Para motores Pré SB 1561 a cada 3600 horas e para motores Pós SB 1561 usar a extensão TBO conforme aplicavel | | | | | | | |
| 99 | Disk-Comp Turbine | H | 3.600 | - | | | |
| 100 | Disk-Comp Turbine | N | 16.000 | - | | | |
| HÉLICE | | | | | | | |
| 116 | Propeller | H | 100 | - | 1 | | |
| 117 | Propeller | M | 12 | - | | | |
| COMPONENTES | | | | | | | |
| 121 | PINTURA GERAL | H | - | - | | | |
| 122 | SUBSTITUIÇÃO DE PNEUS 6420302-1 | H | - | - | | | |
| Anexo 1 - Projeção Quinquenal componentes | | | TIP | FREQ | PN | 1 ANO | |
| | | | | | | 2026 | |
| 122 | TAWS-B ENABLEMENT | | | | 006-D2990-01 | | |
| 123 | GDU 1060, G600 TXI, BLACK, AHRS, STANDARD | | | | 010-01220-73 | | |
| 124 | G500/600 TXI, RADAR ALTIMETER ENABLEMENT (A429) | | | | 006-D7010-A0 | | |

Tabela 1 – Modelo de Tabela de Projeção Quinquenal

7.9. Nesta tabela, os itens estão separados por assuntos:

- a. Requisito da Regulamentação: são todos os itens obrigatórios de serem cumpridos de acordo com a legislação aeronáutica ou do fabricante (boletins de serviço e diretrizes de aeronavegabilidade).
- b. Controle de Inspeção e TBO (Time Between Overhauls): todas as inspeções previstas no programa de manutenção do fabricante com controle por horas de voo e por tempo de utilização. Todas as peças controladas que devem sofrer revisões obrigatórias, por hora de voo ou por tempo de utilização.
- c. Inspeção do Motor: todas as inspeções previstas no programa de manutenção do fabricante com controle por horas de voo, ciclos de NG (Geradora de gases).

- d. Inspeção de Hélice: todas as inspeções previstas no programa de manutenção do fabricante com controle por horas de voo.
- e. Controle de Componentes: todas as peças controladas que devem ser descartadas e substituídas por peças novas ao atingir o tempo limite de vida (SLL – Service Life Limit) ou de operação (OTL – Operation Time Limit).
- 7.10. As colunas especificam os seguintes campos:
- a. Cód.: número crescente identificador do item, atribuído especificamente para este projeto.
- b. Descrição: nome descritivo do item de acordo com o uso comum no meio aeronáutico.
- c. Tipo de frequência atribuída ao item; H - Hora, D - dia, M - mês, Y - ano, P – Pouso, N – ciclos da Geradora de Gases, T - Ciclos da Turbina Livre.
- d. Frequência atribuída ao item (c).
- e. PN (part number): número particular do item de acordo com o fabricante ou norma que determina seu cumprimento.
- f. da coluna F em diante, cada coluna representam os meses considerados, dentro dos períodos do contrato, ou seja, de janeiro a dezembro, do Ano 1 ao Ano 5.
- g. A partir do preenchimento desta tabela, os dados foram consolidados em tabelas anuais, divididas mês a mês, conforme extrato parcial apresentado abaixo.

| Anexo 1 - Projeção Quinquenal por Aeronave | | | | TIP | FREQ | 1 ANO | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|--------|-----|------|-------|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|------|---------|---------|-------|-----|-------|-------|
| Requisito da Regulamentação | | | | | | 2026 | | | | | 2026 | | | | | Qtde | QTD H/H | R\$ H/H | TOTAL | | | |
| Cod | Descrição | | | PN | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | | | R\$ | - | | |
| 80 | Oil Hose | M | 120 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | 2,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 81 | Engine-Oil Breather Vent-Hose | M | 120 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 82 | Engine-Oil Breather Vent-Hose | M | 120 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 83 | Compressor Whash - Table 701 | H | 200 | - | 1 | | | | | | 1 | | | | | | 2 | 5,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 84 | 200 Hours /12M | X | 100 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 85 | | X | 12 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 86 | 150 Hours - Deceleration Check | X | 150 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | 5,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 87 | 200 Hours - Minor / AGB Internal Scavenge Oil Pump | H | 200 | - | 1 | | | | | | 1 | | | | | | 2 | 2,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 88 | | M | 12 | - | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | R\$ | - | R\$ - | |
| 89 | 300 Hours | H | 300 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | 8,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 90 | 400 Hours - Ignition System/ Boroscopia/ Bico Injetores | H | 400 | - | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 20,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 91 | 600 Hours / 12 Months - Chip Detector | H | 600 | - | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 92 | | M | 12 | - | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | 4,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 93 | 600 Hours - Bleed Air Valve Inspection | H | 600 | - | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 10,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 94 | 1000 Hours - Filtro P3 e Oleo | H | 1.000 | - | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 5,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 95 | 1500 Hours | X | 1.500 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 96 | 1800 Hours - HSI | H | 1.800 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | 411,0 | R\$ | - | R\$ - | |
| 97 | Engine Overhauled | H | 3.600 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| 98 | Starter Generator | H | 1.200 | - | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 50,0 | | R\$ | - | R\$ - | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 99 | Disk-Comp Turbine | H | 3.600 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | | R\$ | - | R\$ - |
| 100 | Disk-Comp Turbine | N | 16.000 | - | | | | | | | | | | | | | 0 | | | R\$ | - | R\$ - |

Tabela 2 – extrato da planilha de consolidação geral por período do contrato

- 7.11. A tabela acima é continuação da Tabela 1.
- 7.12. As colunas 2026 jan a dez - QUANTIDADE - QTD H/H - R\$ H/H - VALOR E TOTAL representam os seguintes campos:
- a. 2026 jan a dez, representa os meses do ano e em qual deles será cumprida a inspeção.
- b. QUANTIDADE: quantidade de vezes que a tarefa será cumprida no ano contratual, de janeiro a dezembro.
- c. QTD H/H: quantidade de homem/horas necessária para o cumprimento da tarefa.
- d. R\$ H/H: Total em moeda de homens/hora estimados a serem aplicados nos serviços de inspeção, revisão ou substituição de peças
- e. VALOR: valor estimado das peças a serem aplicadas, segundo a lista de preços vigente do fabricante (Price list), fornecida pelo vendedor sempre que solicitada aquisição de componente.
- f. TOTAL: esse campo apresenta diferentes resultados dependendo de seus complementos. Quando o TOTAL estiver relacionado às seções Requisito da Regulamentação e Controle de Inspeção Horário e Calendário o campo representará QUANTIDADE x QTD H/H x R\$ H/H. Quando o TOTAL estiver relacionado com as seções Controle de Componentes por TBO e Controle de Componentes por Tempo Limite, o campo representará QUANTIDADE x VALOR do componente.
- g. Ao final de cinco anos tem-se a tabela abaixo totalizando todos os custos estimados pelo período de cinco anos:

| Descrição | ANO 1 | ANO 2 | ANO 3 | ANO 4 | ANO 5 | Total |
|-----------------------|---|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Inspeções Célula | Valores em função do homem/hora (em reais - R\$) ofertado pela empresa vencedora. | | | | | |
| Inspeções Motor | | | | | | |
| Inspeções Hélice | | | | | | |
| Discrepâncias | | | | | | |
| Aquisição Componentes | R\$ 477.449,34 | R\$ 343.116,27 | R\$ 353.403,42 | R\$ 494.349,40 | R\$ 158.028,92 | R\$ 1.826.347,34 |
| Mark-up | Valores em função do Mark-up (em percentual - %) ofertado pela empresa vencedora. | | | | | |
| Homem/hora por ano | 642 | 1109 | 389 | 357 | 786 | 3282 |

Tabela 3 – Tabela de Consolidação Geral de custos estimados do contrato

7.12.1. As informações apresentadas na tabela acima irão variar conforme os valores ofertados pelas empresas licitantes. O valor de homem/hora informado por cada proponente impactará diretamente as quatro primeiras linhas da tabela — referentes às inspeções de célula, motor, hélice e às discrepâncias estimadas. Da mesma forma, o percentual de markup ofertado influenciará a linha correspondente ao valor de markup, uma vez que esse índice será aplicado sobre o custo dos componentes importados. Já a linha referente às despesas com componentes baseia-se em valores previamente conhecidos pelo CAVPM, obtidos a partir do histórico de aquisição de peças com previsão de substituição, permanecendo estável independentemente das propostas apresentadas.

7.12.2. A previsão de homem/hora por ano apresentada na tabela decorre do planejamento técnico exposto também em outras seções deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente naquelas que tratam da projeção de inspeções, revisões e substituições obrigatórias ao longo dos cinco anos de vigência contratual. Esses quantitativos resultam da aplicação das horas estimadas de utilização da aeronave sobre o Mapa de Componentes e sobre o Programa de Manutenção do Fabricante, refletindo a quantidade aproximada de mão de obra necessária em cada ano. Trata-se, portanto, de uma estimativa técnica prévia, que orienta a formação do valor global, mas que poderá sofrer variações naturais conforme as demandas reais de manutenção e as discrepâncias eventualmente identificadas durante a execução contratual.

7.13 As demais inspeções e revisões não previstas que venham a ocorrer durante a vigência do contrato, bem como novas inspeções incorporadas ao programa de manutenção ou Diretrizes de Aeronavegabilidade emitidas pelo fabricante ou pela autoridade aeronáutica, deverão ser submetidas à apreciação da CONTRATANTE mediante apresentação de orçamento detalhado. Esse orçamento deverá indicar o quantitativo de homens/hora necessário para sua execução e contemplar eventuais substituições de tarefas que deixem de ser aplicáveis por orientação do fabricante. Em caso de divergência quanto aos valores apresentados, a CONTRATADA poderá realizar pesquisa de mercado para apuração do valor médio praticado. A tabela abaixo servirá como referência para o pagamento da quantidade de horas-homem vinculada a cada tarefa ou discrepância.

| Requisito da Regulamentação | Previsão de Custo - Serviço |
|-----------------------------|-----------------------------|
| Descrição | Qtde H/H |
| CVA | 25 |
| Seguro RETA | 1 |
| Licença de estação | 1 |
| Fistel | 2 |
| Teste VOR | 0,5 |
| Peso e Balanceamento | 2 |
| Controle de Inspeção | |
| DOCUMENT "01" | 30 |
| DOCUMENT "02" | 5 |
| DOCUMENT "03" | 79 |
| DOCUMENT "04" | 20 |
| DOCUMENT "05" | 1 |
| DOCUMENT "06" | 20 |
| DOCUMENT "07" | 20 |
| DOCUMENT "08" | 2 |
| DOCUMENT "09" | 10 |
| DOCUMENT "10" | 35 |
| DOCUMENT "11" | 20 |
| DOCUMENT "12" | 10 |
| DOCUMENT "13" [Após] | 4 |
| | |

| | |
|--|-----|
| DOCUMENT "14" [Após] | 10 |
| DOCUMENT "16" [Após] | 40 |
| DOCUMENT "17" [Após] | 50 |
| DOCUMENT "18" [Inicial] | 150 |
| DOCUMENT "19" [Inicial] | 100 |
| DOCUMENT "20" ELT | 3 |
| DOCUMENT "21" PITOT STATIC / ALTIMETRO | 3 |
| DOCUMENT "22" [TRANSPONDER] | 1 |
| DOCUMENT "23" | 1 |
| DOCUMENT "24" | 1 |
| DOCUMENT "25" Inicial | 100 |
| DOCUMENT "26" | 5 |
| DOCUMENT "MA" [Apos] | 10 |
| DOCUMENT "MB" | 16 |
| DOCUMENT "MD" [Inicial] | 150 |
| DOCUMENT "ME" [Apos] | 10 |
| DOCUMENT "MF" [Inicial] | 30 |
| DOCUMENT "MG" [Após] | 10 |
| DOCUMENT "MH" [Após] | 10 |
| DOCUMENT "MI" [Após] | 10 |
| DOCUMENT "MJ" [Após] | 10 |
| DOCUMENT "MK" [Inicial] | 150 |
| DOCUMENT "ML" [Inicial] | 100 |
| Bússola | 2 |
| Vacuum Hoses | 10 |
| Vacuum System Central Air Filter | 2 |
| Vacuum Relif Valve Filter | 2 |
| Rudder Gust Lock | 8 |
| MOTOR SN PCE-PC1435 | |
| Fuel Hose | 16 |
| Oil Hose | 2 |
| Compressor Whash - Table 701 | 5 |
| 200 Hours /12M | 10 |
| 150 Hours - Deceleration Check | 5 |
| 200 Hours - Minor / AGB Internal Scavenge Oil Pump | 2 |
| 300 Hours | 8 |
| 400 Hours - Ignition System / Boroscopia/ Bico Injetores | 20 |
| 600 Hours / 12 Months - Chip Detector | 4 |
| 600 Hours - Bleed Air Valve Inspection | 10 |
| 1000 Hours - Filtro P3 e Oleo | 5 |
| 1500 Hours | 10 |
| 1800 Hours - HSI | 411 |
| Propeller | 1 |
| Propeller | 50 |
| Propeller / Cubo | 110 |

| | |
|--|------------|
| Overspeed Governor | 1 |
| PINTURA | |
| PINTURA GERAL | 500 |
| DISCREPÂNCIAS | |
| Efetuar remoção das Hélices | 2 |
| Efetuar a troca de 1 pá | 1 |
| Efetuar a remoção do cubo | 5 |
| Revisão Geral Starter Generator 23081-023A | 1 |
| Substituição Flap Bell Crank - Bearing and Bolt | 3 |
| Substituição Filtro de Vácuo B3-5-1 | 2 |
| Substituição Filtro de Vácuo AAD9-18-1 | 2 |
| Substituição do Filtro P3 PN 3029268 | 1 |
| Substituição do Filtro de óleo PN 3070976-01 | 1 |
| Efetuar Hose Pitot Static Replace | 9 |
| Efetuar Fuel Hose Replace | 1 |
| Efetuar Hose Motive Fuel Flow Replace | 1 |
| Efetuar remoção do Starter Gerador | 4 |
| Efetuar a Instalação do Starter Gerador | 4 |
| Efetuar a boroscopia do motor | 4 |
| Efetuar Clean / Leak/ functional teste fuel manifold - 73-10-05 | 3 |
| Efetuar a troca do filtro hidráulico | 1 |
| Efetuar a limpeza do filtro de óleo | 1 |
| Efetuar teste de estatismo do FCU | 4 |
| Efetuar check de desaceleração | 2 |
| Efetuar lavagem de compressor | 3 |
| Efetuar a substituição de 1 pneu | 2 |
| Efetuar a substituição da pastilha de freio | 3 |

7.14. Poderão ser estabelecidos acordos para padronizar a quantidade de homem/hora aplicada a determinados serviços rotineiros que não constem na tabela acima, como no caso de novas inspeções incorporadas ao programa de manutenção. A tabela poderá ser atualizada a qualquer tempo, mediante solicitação de qualquer das partes e aprovação do Gestor do Contrato, em conjunto com o Chefe da Divisão de Manutenção de Aviação do CAVPM.

7.15. Ressalta-se que, quando mais de uma inspeção for realizada simultaneamente, os serviços concomitantes serão remunerados apenas uma vez.

7.16. Para fins deste Contrato, o índice Homem/Hora corresponderá ao tempo de uma hora de serviço executado por técnico credenciado pela Agência Nacional de Aviação Civil, habilitado para realizar os serviços de manutenção previstos no Programa de Manutenção do Fabricante.

7.17. A seção a seguir possui caráter sigiloso, uma vez que reúne a composição detalhada do valor referencial estimado para o futuro contrato. A restrição de acesso a essas informações visa preservar a competitividade do certame, evitando que potenciais licitantes tenham conhecimento prévio da formação completa do preço global, o que poderia influenciar indevidamente a dinâmica da disputa. De forma geral, a estimativa do valor contratual resulta da soma dos custos projetados com mão de obra — calculados a partir do total previsto de 3.282 horashomem ao longo dos cinco anos — e das despesas esperadas com aquisição de componentes, já apresentadas na tabela anterior, acrescidas do percentual de markup que será ofertado pelas empresas participantes. Esses elementos, combinados, compõem o valor global estimado, cuja descrição detalhada permanece reservada para assegurar a lisura, a isonomia e a vantajosidade do processo licitatório.

7.17.1. A tabela a seguir apresenta, de forma estruturada, a metodologia de composição do valor global da proposta, evidenciando como cada elemento — serviços medidos em homem/hora, despesas com componentes e aplicação do markup — contribui para a formação do montante final. Nela, estão discriminados os quantitativos de horas previstas, os valores estimados para aquisição de peças e a forma de cálculo que será aplicada conforme os preços ofertados pelas licitantes. Essa demonstração gráfica reforça a transparência do processo e permite visualizar claramente como o valor total será obtido a partir das variáveis apresentadas pelas empresas participantes do certame.

| COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA | | | | |
|--|--|------------|------------------|---------------------------|
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem/hora" (A) | hora/homem (a) | 2188 | R\$ (licitado) | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | (b) | |
| ITEM | Descrição | | Total peças | |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | R\$ 1.826.347,34 | |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | (licitado) % | |
| | (D) VALOR TOTAL DO MARK UP | | (D) = (B) x (C) | |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 | | | (E) = (B) + (D) | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA LICITAÇÃO | | | R\$ (A) + (E) | |

Tabela 4 - Detalhamento da composição da proposta e composição do valor global

7.17.2. O total projetado de 3.282 horashomem para os cinco anos de vigência contratual representa a soma das atividades previstas no Programa de Manutenção do Fabricante, incluindo inspeções de célula, motor, hélice e a correção de discrepâncias. Esse quantitativo, já demonstrado em seções anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, será multiplicado pelo valor unitário de homem/hora ofertado pelas licitantes, resultando no montante destinado ao custeio dos serviços de manutenção ao longo do período contratual. Trata-se, portanto, de um cálculo variável, diretamente influenciado pelo preço apresentado por cada empresa participante do certame.

7.17.3. Para estimar o custo de aquisição de componentes e peças, utilizouse a conversão dos valores originalmente cotados em moeda estrangeira para moeda nacional, tomando como referência a taxa PTAX de venda divulgada pelo Banco Central do Brasil na data de 05/02/2026, na qual cada dólar norteamericano correspondia a R\$ 5,23. Essa conversão permite projetar, com base realista, o impacto financeiro das substituições previstas ao longo da vigência contratual.

7.17.4. Sobre o valor estimado para aquisição de componentes será aplicado o percentual de markup ofertado pelas empresas licitantes. Esse índice, prática comum no setor de manutenção aeronáutica, corresponde à margem destinada a cobrir custos de importação — como frete, seguro, transporte e tributos — além da remuneração da contratada. O cálculo será realizado de forma direta: aplicase o percentual ofertado sobre o valor total estimado de componentes, obtendose o acréscimo correspondente, que será somado ao valor base para compor o custo final de materiais e peças.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: JUSTIFICATIVA DO SIGILO A estimativa de custos para a contratação dos serviços de manutenção do avião Cessna Grand Caravan, C208B foi baseada em informações de mercado, contratos anteriores e propostas comerciais do fornecedor. Os valores foram obtidos por meio de documentos de suporte, incluindo proposta formal, notas fiscais, contratos e atas de registro de preços (ARP) de serviços semelhantes prestados pelo fornecedor. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. A manutenção do sigilo do valor estimado da contratação tem como objetivo evitar distorções no mercado e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 24: "Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas (...)." No contexto da contratação em análise, que envolve a prestação de serviços altamente especializados e com mercado fornecedor restrito, como o de manutenção aeronáutica, a divulgação antecipada do valor estimado poderia induzir à formação de preços artificialmente ajustados, prejudicando a competitividade do certame e facilitando práticas anticoncorrenciais, como: * A uniformização dos preços apresentados, em patamar próximo ao valor de referência da Administração; * A eliminação da disputa real entre fornecedores, dada a previsibilidade dos parâmetros adotados; * A possibilidade de conluio entre licitantes, prática vedada e combatida pela legislação brasileira de licitações e defesa da concorrência. Além disso, trata-se de um setor com baixa elasticidade de preços e grande variação de estrutura de custos entre as empresas, o que reforça a importância de não expor previamente o teto estimado, sob pena de se obter propostas que apenas reproduzam o valor máximo admitido, mesmo quando haveria margem para propostas mais vantajosas. A adoção do sigilo nesse ponto visa, portanto, proteger o interesse público, garantir a lisura da pesquisa de preços e preservar a eficácia da futura fase competitiva.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução não deve ser parcelada, uma vez que o fracionamento comprometeria a eficiência técnica e a eficácia operacional dos serviços de manutenção aeronáutica. A investigação de paneis ou discrepâncias que afetem a aeronavegabilidade frequentemente demanda a substituição de componentes importados, bem como a atuação de mão de obra especializada para remoção, instalação e testes. A contratação separada da aquisição de peças e da execução dos serviços acarretaria aumento significativo no prazo de liberação da aeronave, ampliando o risco de indisponibilidade operacional e prejudicando a continuidade das missões.

9.1.2. A contratação integrada também possibilita ganhos de escala, especialmente em custos de mobilização, aquisição de materiais e execução conjunta de serviços, benefícios que não seriam alcançados com o parcelamento.

9.1.3. As etapas necessárias à solução de panes — diagnóstico, aquisição de componentes, substituição, testes e liberação técnica — são interdependentes e exigem coordenação contínua. O parcelamento fragmentaria esse fluxo, elevando o risco de falhas de coordenação e reduzindo a eficiência operacional.

9.1.4. Em cenários com prazos definidos ou demandas urgentes, característicos da aviação pública, o parcelamento prolongaria desnecessariamente o tempo de execução, afetando diretamente a disponibilidade da aeronave para missões essenciais.

9.2. A decisão de não parcelar a solução visa otimizar a execução contratual, reduzir riscos operacionais e assegurar alinhamento com os objetivos institucionais e com os recursos disponíveis.

9.3. O parcelamento resultaria em maior demora na identificação e correção de falhas, pois a aquisição de componentes, a contratação de mão de obra especializada e a realização dos testes de aeronavegabilidade ficariam distribuídas entre diferentes fornecedores. Essa fragmentação ampliaria o tempo de resposta e aumentaria a probabilidade de incompatibilidades técnicas, ocasionando indisponibilidade operacional prolongada. Tal indisponibilidade impactaria diretamente a capacidade de atendimento do Comando de Aviação em atividades como transporte aeromédico, apoio a operações policiais, missões de busca e salvamento e demais ações de interesse público.

9.4. A contratação integrada proporciona maior eficiência operacional, reduz o tempo de imobilização da aeronave e assegura maior agilidade no restabelecimento das operações. A centralização das etapas de diagnóstico, aquisição de componentes, substituição, testes e liberação técnica em um único prestador garante continuidade, padronização e rastreabilidade dos serviços, resultando em maior confiabilidade e disponibilidade da aeronave para o cumprimento das missões aéreas do Comando de Aviação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há necessidade de contratações correlatas, uma vez que o presente processo já contempla a possibilidade de subcontratação quando tecnicamente necessária, observados os limites legais aplicáveis. Dessa forma, evita-se a fragmentação indevida das atividades e assegura-se que todos os serviços essenciais sejam executados de maneira integrada.

10.2. A eventual necessidade de subcontratação decorre das características do mercado aeronáutico, que é altamente especializado, segmentado e dependente de fornecedores específicos para determinados serviços, componentes e tecnologias. Muitos itens utilizados na manutenção aeronáutica possuem fabricação restrita, exigem certificações internacionais ou são fornecidos exclusivamente por distribuidores autorizados, o que inviabiliza a realização de processos licitatórios independentes para cada atividade ou componente. Além disso, a dinâmica operacional da aviação demanda respostas rápidas e coordenação técnica contínua, o que não é compatível com a fragmentação das contratações.

10.2.1. Nesse contexto, o parcelamento da solução acarretaria atrasos significativos, uma vez que cada etapa dependeria de processos distintos, prazos próprios e fornecedores diferentes, dificultando a integração das atividades e ampliando o risco de incompatibilidades técnicas. A subcontratação pontual, quando realizada pela empresa contratada, permite maior agilidade, padronização e controle de qualidade, assegurando que serviços altamente especializados — como reparos estruturais, revisões de componentes específicos ou intervenções em sistemas sensíveis — sejam executados por oficinas certificadas e reconhecidas pelo fabricante ou pela autoridade aeronáutica. Assim, a contratação integrada apresenta-se como a alternativa mais eficiente para garantir continuidade operacional, segurança e conformidade regulatória.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em questão, destinada a assegurar a continuidade das operações e a manutenção da aeronavegabilidade da aeronave PR-SLN, foi descrita no Documento de Formalização de Demanda DFD 003/2026 do Planejamento e Gerenciamento de Contratações que foi aprovado e consolidado na contratação 180173-98/2025, no Plano de Contratações Anual de 2026, evidenciando o alinhamento com o planejamento estratégico da Administração, conforme termos do art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantia da aeronavegabilidade da aeronave, condição indispensável para sua operação segura e em conformidade com as normas da ANAC.

12.2. Assegurar a continuidade das atividades essenciais de Segurança Pública, Defesa Civil e Transporte de Autoridades, evitando interrupções decorrentes de indisponibilidade técnica.

12.3. Preservação do patrimônio público, prevenindo o agravamento de falhas técnicas que possam resultar em danos severos ou irreversíveis à aeronave.

12.4. Redução de riscos operacionais e legais, ao assegurar que todas as manutenções sejam executadas por empresas certificadas, em estrita observância aos manuais do fabricante e à legislação aeronáutica vigente.

12.5. Aumento da eficiência e previsibilidade na gestão da frota, permitindo planejamento adequado das missões e reduzindo a necessidade de paralisações emergenciais.

12.6. Valorização da vida e da segurança de servidores, tripulantes e autoridades transportadas, garantindo que a aeronave opere sempre em condições ideais de voo.

12.7. Adequação às diretrizes de governança pública, que priorizam a disponibilidade e a confiabilidade dos ativos essenciais ao atendimento das demandas sociais, operacionais e emergenciais.

12.8. Otimização do vetor aéreo disponibilizado ao Estado por meio de ação judicial, revertendo um recurso anteriormente empregado pelo crime organizado em benefício direto da sociedade, assegurando sua plena utilização em atividades de interesse público e em conformidade com os padrões de segurança e aeronavegabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Ao considerar os impactos ambientais associados às empresas que prestam serviços de manutenção aeronáutica, é essencial identificar e avaliar os aspectos que podem afetar o meio ambiente.

14.2. Óleos e lubrificantes: o uso e o descarte inadequado de óleos lubrificantes e fluidos hidráulicos podem causar contaminação do solo e de corpos d'água.

14.3. Solventes e produtos químicos: a utilização de solventes e agentes de limpeza contendo substâncias perigosas exige tratamento e descarte adequados para evitar danos ambientais.

14.4. Resíduos sólidos: peças substituídas, filtros usados, embalagens e demais resíduos devem ser gerenciados de forma adequada para minimizar impactos ambientais.

14.5. Emissões atmosféricas.

14.5.1. Gases de escape: emissões provenientes de equipamentos e sistemas de climatização da oficina.

14.5.2. Poluentes atmosféricos: liberação de compostos orgânicos voláteis (COVs), óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas durante processos de manutenção.

14.6. Consumo de recursos naturais.

14.6.1. Energia: consumo de eletricidade e combustíveis fósseis para iluminação, operação de equipamentos e sistemas de refrigeração.

14.6.2. Água: uso de água em processos de limpeza, resfriamento e demais atividades operacionais, exigindo práticas de conservação e redução de desperdícios.

14.7. Impactos relacionados ao transporte.

14.7.1. Transporte de resíduos: emissões decorrentes do deslocamento de resíduos perigosos e não perigosos até instalações de tratamento ou destinação final.

14.8. Medidas de mitigação e controle.

14.8.1. Planos de gestão ambiental: implementação de ações para reduzir, reutilizar e reciclar resíduos.

14.8.2. Tecnologias limpas: adoção de equipamentos e processos que reduzam emissões e consumo de recursos.

14.8.3. Treinamento e conscientização: capacitação contínua dos funcionários sobre práticas ambientais seguras e sustentáveis.

14.9. Monitoramento e conformidade: acompanhamento regular das práticas ambientais para garantir atendimento às normas ambientais locais e nacionais.

14.10. A inclusão de análise detalhada dos impactos ambientais no Estudo Técnico Preliminar permite identificar áreas críticas e planejar medidas eficazes de mitigação, demonstrando compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, essenciais para operações de longo prazo e para manter boa relação com a comunidade e autoridades reguladoras.

14.11. A CONTRATADA deverá manter compromisso integral com a legislação ambiental vigente, adotando todas as medidas necessárias para prevenir contaminações da atmosfera, do solo e de corpos hídricos, garantindo que suas atividades não gerem danos ambientais diretos ou indiretos. Esse compromisso é condição indispensável para a execução contratual e para a manutenção da segurança operacional e ambiental

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação decorre do fato de que a aeronave já integra a frota da Polícia Militar do Estado de São Paulo, cabendo à Instituição a responsabilidade pela manutenção contínua de sua aeronavegabilidade, conforme previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica. A continuidade das operações aéreas conduzidas pelo Comando de Aviação da Polícia Militar (CAvPM) é essencial para o desempenho de atividades de segurança pública, defesa civil e transporte institucional, exigindo que a aeronave permaneça permanentemente em condições seguras e regulamentares de voo.

Ressaltase, ainda, que embora o CAvPM possua oficina própria, esta não é homologada para realizar as inspeções e intervenções técnicas exigidas para o modelo de aeronave em questão. O mercado, por sua vez, dispõe de oficinas aeronáuticas certificadas pela ANAC, tecnicamente capacitadas para atender integralmente aos requisitos do serviço demandado

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO PELEGRINI DE ALENCAR

Agente Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 08:57:53.

ARNALDO DA CUNHA LIMA

Área Técnica







Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 09:28:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Potencial - PR-SLN.xls (1.43 MB)
- Anexo II - Projeção-Inspeç-PR-SLN.pdf (716.66 KB)
- Anexo III - Composição Proposta.xlsx (16.35 KB)

|  | |  | | GRUPAMENTO DE RADIOPATROLHA AÉREA - GRPAe | | | | | | | | | |
|--|--|---|-------------|---|----------|----------|--------|--------|----------|----|------------|------------|---------|
| | | Mapa Informativo de Controle de Componentes | | | | | | | | | | | |
| CARAVAN | | Fabricante | Turbomeca | | Nº Série | 32605 | | CICLOS | 4.044,00 | | Data: | | |
| | | Modelo | ARRIUS2B2 | | Horas | 4.581,40 | | | | | 18/02/26 | | |
| Legenda: H - Horas de Motor N - Ciclos de NG T - Ciclos de NTL M - Meses X - Não Aplicável | | | | | | | | | | | | | |
| Requisito da Regulamentação | | | | | | | | | | | | | |
| Cód. | Descrição Motor | P/N | S/N | In-Anv | In-Data | In-TSN | In-TSO | TL | FreQ | TC | Venc | Disp | ALERTA |
| 1 | Fuel Hose | AE3663726H0520 /AE3663724G0330 | - | 0,00 | 24/11/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 120 | M | 24/11/2025 | -3 M e 6 D | VENCIDO |
| 2 | Oil Hose | AE3663161K0600 / AE3663163E0230 | - | 0,00 | 24/11/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 120 | M | 24/11/2025 | -3 M e 6 D | VENCIDO |
| 3 | Engine-Oil Breather Vent-Hose | AE3663161E0113 | - | 0,00 | 20/06/23 | 0,0 | 0,0 | OC | 120 | M | 20/06/2033 | 88 M e 3 D | |
| 4 | Engine-Oil Breather Vent-Hose | AE3663161E0113 | - | 0,00 | 20/06/23 | 0,0 | 0,0 | OC | 120 | M | 20/06/2033 | 88 M e 3 D | |
| 5 | Compressor Whash - Table 701 | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 200 | H | 4.701,4 | 120 H | |
| 6 | 100 Hours /12M | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 0,00 | - | 0,0 | 0,0 | OC | 100 | X | NA | NA | |
| 7 | | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 0,00 | - | 0,0 | 0,0 | OC | 12 | X | NA | NA | |
| 8 | 150 Hours - Deceleration Check | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 0,00 | - | 0,0 | 0,0 | OC | 150 | X | NA | NA | |
| 9 | 200 Hours - Minor / AGB Internal Scavenge Oil Pump | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 200 | H | 4.701,4 | 120 H | |
| 10 | | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 12 | M | 03/09/2026 | 6 M e 15 D | |
| 11 | 300 Hours | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 0,00 | 00/01/00 | 0,0 | 0,0 | OC | 300 | x | NA | NA | |
| 12 | 400 Hours - Ignition System / Boroscopia/ Bico Injetores | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 400 | H | 4.901,4 | 320 H | |
| 13 | 600 Hours / 12 Months - Chip Detector | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 600 | H | 5.101,4 | 520 H | |
| 14 | | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 12 | M | 03/09/2026 | 6 M e 15 D | |
| 15 | 600 Hours - Bleed Air Valve Inspection | - | - | 4.478,48 | 12/02/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 600 | H | 5.078,5 | 497,1 H | |
| 16 | 1000 Hours - Filtro P3 e Oleo | 3029268 / 3059258-013 | - | 4.501,40 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 1.000 | H | 5.501,4 | 920 H | |
| 17 | 1500 Hours | PT6A-114A | PCE-PC1435 | - | - | 0,0 | 0,0 | OC | 1.500 | X | NA | NA | |
| 18 | 1800 Hours - HSI | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 1.800 | H | 5.371,6 | 790,2 H | |
| 19 | Engine Overhauled | PT6A-114A | PCE-PC1435 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 20 | Starter Generator | 23081-023a | - | 3.863,50 | 30/04/21 | 0,0 | 0,0 | TBO | 1.200 | H | 5.063,5 | 482,1 H | |
| Nota: Para motores Pré SB 1561 a cada 3600 horas e para motores Pós SB 1561 usar a extensão TBO conforme aplicavel | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | Disk-Comp Turbine | 3013411 | 1X835 | 4.116,30 | 27/04/23 | 0,0 | 0,0 | OC | 3.600 | H | 7.716,3 | 3134,9 H | |
| 21 | Disk-Comp Turbine | 3013411 | 1X835 | 3.913,00 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 16.000 | N | 19.913,0 | 15869 N | |
| 22 | Disk Power Turbine | 3026812 | A0023A0K | 3.913,00 | 27/04/24 | 0,0 | 0,0 | OC | 20.000 | N | 23.913,0 | 19869 N | |
| 23 | Hub Compressor. 1St. Stage | 3013111 | RWA78A522 | 3.435,00 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 19.000 | N | 22.435,0 | 18391 N | |
| 24 | Hub Compressor. 2nd. Stage | 0003013712 | A0027REX | 3.435,00 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 24.000 | N | 27.435,0 | 23391 N | |
| 25 | Disk Compr. 3rd. Stage | 0003011713 | A0027RXR | 3.435,00 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 25.000 | N | 28.435,0 | 24391 N | |
| 26 | Impeller - Centrifugal | 0003027798 | EAAB000C159 | 3.435,00 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | OC | 19.000 | N | 22.435,0 | 18391 N | |
| 27 | Fuel Control Unit | 3122678-04 | C66049 | 3.990,30 | 25/03/22 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.590,3 | 3008,9 H | |
| 28 | Fuel Pump | 702801-5 | 1650 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 29 | Oil To Fuel Heater | 10552E | WA30357 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 30 | Flow Divider and Dump Valve | 25536-4 | 9959513141 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 31 | Ignition Exiter | 10-381550-4 | NNA07298380 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 32 | Compressor Bleed Valve | 540-1407-4 | 5586 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 3.600 | H | 7.171,6 | 2590,2 H | |
| 33 | Propeller Governor | 8210-002-01 | 15290450 | 3.571,60 | 24/02/15 | 0,0 | 0,0 | TBO | 4.500 | H | 8.071,6 | 3490,2 H | |
| 34 | Blades - Comp. Blades | 307935-01 | VAROUS | 3.912,00 | 27/04/23 | 0,0 | 0,0 | TBO | 10.000 | N | 13.912,0 | 9868 N | |
| 35 | P&W SB1631 | - | - | - | - | 0,0 | 0,0 | OC | 150 | X | NA | NA | |
| 36 | Oil Cooler Check Valve | C100490-1 | - | 0,00 | - | 0,0 | 0,0 | OC | 1.800 | X | NA | NA | |

|   | | <div>GRUPAMENTO DE RADIOPATRULHA AÉREA - GRPAe</div> <div>Mapa Informativo de Controle de Componentes</div> | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------|---|--------|----------|----------|--------|--------|-----|-------|----------|------------|------------|--------|
| | | Fabricante | | Nº Série | | NG | | | | Data: | | | |
| | | Modelo | | Horas | | NTL | | | | 18/02/26 | | | |
| Legenda: H - Horas de Motor N - Ciclos de NG T - Ciclos de NTL M - Meses X - Não Aplicável | | | | | | | | | | | | | |
| Requisito da Regulamentação | | | | | | | | | | | | | |
| Cód. | Descrição Motor | P/N | S/N | In-Anv | In-Data | In-TSN | In-TSO | TL | FreQ | TC | Venc | Disp | ALERTA |
| 1 | Propeller | 3GFR34C703B | 993222 | 3.370,10 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 100 | H | 3.470,1 | 20,4 H | |
| 2 | Propeller | 3GFR34C703B | 993222 | 3.370,10 | 03/09/25 | 0,0 | 0,0 | OC | 12 | M | 03/09/2026 | 6 M e 15 D | |
| 3 | Propeller / Cubo | 3GFR34C703B | 993222 | 2.739,90 | 26/11/21 | 0,0 | 0,0 | TBO | 4.000 | H | 6.739,9 | 3290,2 H | |
| 4 | Propeller / Cubo | 3GFR34C703B | 993222 | 2.739,90 | 26/11/21 | 0,0 | 0,0 | TBO | 72 | M | 26/11/2027 | 21 M e 6 D | |
| 5 | Overspeed Governor | D2210507W | 718825 | 119,10 | 07/11/16 | 0,0 | 0,0 | TBO | 6.500 | H | 6.619,1 | 3169,4 H | |

[illegible]

COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 057.00059524/2026-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A) *ESTADO DE SÃO PAULO* POR INTERMÉDIO
DO(A) COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE SÃO PAULO E
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede no(a) Av. Olavo Fontoura, nº 1078, CEP 02012-021, bairro Santana., na cidade de São Paulo..... /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0023-60, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 057.00059524/2026-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../....., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção de aeronave, realizado por Organização de Manutenção (oficina) homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Nº 145, com utilização de ferramental e técnicos próprios, habilitados para prestar serviços de manutenção aeronáutica em aeronave CESSNA Grand Caravan C208B, número de série 208B-0918, e de seu motor, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1 | Manutenção preventiva e corretiva do Avião Cessna Grand Caravan PR-SLN – célula, motor, hélice e discrepâncias | 16098 | 1 | | | |

| COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA | | | | |
|--|--|------------|------------------|---------------------------|
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem/hora" (A) | hora/homem (a) | 2188 | R\$ (licitado) | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | (b) | |
| ITEM | Descrição | | Total peças | |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | R\$ 1.826.347,34 | |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | (licitado) % | |
| | (D) VALOR TOTAL DO MARK UP | | (D) = (B) x (C) | |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 | | | (E) = (B) + (D) | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA LICITAÇÃO | | | | R\$ (A) + (E) |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É admitida, de forma excepcional, a subcontratação parcial limitada a até 30% (trinta por cento) do valor contratual, exclusivamente para serviços em componentes, equipamentos ou acessórios para os quais a empresa contratada não possua homologação para realização dos serviços, desde que previamente autorizada pelo Gestor do Contrato e realizada por empresa igualmente homologada pela ANAC, nos termos do RBAC 145.

4.2. Não poderão ser subcontratados serviços para os quais a contratada possua homologação para execução, segundo a norma em vigor para funcionamento da Organização de Manutenção.

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.2.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.2.3.2. *Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;*

4.2.3.3. *Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

4.2.3.4. *Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;*

4.2.3.5. *Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;*

4.2.3.6. *Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.*

4.2.4. *Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.*

4.2.5. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. *No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*

5.3. *O valor do HOMEM/HORA é de R\$..... (.....)*

5.4. *A Taxa Mark up é de ____% (..... por cento) e incidirá sobre o “Price List” do fabricante das peças.*

5.5. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos*

5.6. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. *O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.*

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *01 (um) mês* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) locais indicados no Termo de Referência*

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, no valor de R\$ _____, correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.4. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.5.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*

11.5.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*

11.5.3. *obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*

11.6. *Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*

11.6.1. *Caso fortuito ou força maior;*

11.6.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*

11.6.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*

11.7. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.*

11.8. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:** A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o

sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001 Governo do Estado de São Paulo / Unidade: 180.173 (CAVPM)

II. Fonte de Recursos: 150010001 Tesouro Gera

III. Programa de Trabalho: 180422 Polícia Ostensiva e Preventiva

IV. Elemento de Despesa: 339039 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1** - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2** - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3** - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1** - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2** - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3** - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4** - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1** - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2** - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1** - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2** - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

| DESCRIÇÃO da COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA | | | | |
|--|--|------------|------------------------------|---------------------------|
| | | | | |
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem/hora" (A) | hora/homem (a) | 2188 | <u>R\$ (licitado)</u> (b) | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | | |
| | | | | |
| ITEM | Descrição | | | Total peças |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | | R\$ 1.826.347,34 |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | | <u>(licitado) %</u> |
| | (D) VALOR TOTAL DO MARK UP | | | (D) = (B) x (C) |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 | | | | (E) = (B) + (D) |
| | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA LICITAÇÃO | | | | R\$ (A) + (E) |

| Valor da Proposta - Inserir valores! | | | | |
|--------------------------------------|--|------------|----------------|---------------------------|
| | | | | |
| ITEM | Descrição | Quantidade | Valor unitário | Total serviços |
| Serviços "homem / hora"(A) | hora/homem (a) | 2188 | R\$ 1,00 | R\$ 3.282,00 |
| | discrepância 50% h/h (f) | 1094 | (b) | (A) = [(a) + (f)] x (b) |
| | | | | |
| ITEM | Descrição | | | Total peças |
| Aquisição de componentes (E) | (B) VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS | | | R\$ 1.826.347,34 |
| | (C) PERCENTUAL REFERENTE À TAXA DE MARK UP | | | 1,00% |
| | (D) TOTAL DO MARK UP =(B) x (C) | | | R\$ 18.263,47 |
| (E) TOTAL DO ITEM 2 = (B) + (D) | | | | R\$ 1.844.610,82 |
| | | | | |
| VALOR TOTAL CALCULADO | | | | R\$ 1.847.892,82 |

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)